

Exército analisa área dos ianomami

A demarcação das terras dos ianomami e a repercussão das denúncias de superfaturamento na licitação para compra de uniformes e roupa de cama e banho para o Exército foram os principais assuntos discutidos ontem pelo Alto Comando da Força Terrestre, sob a presidência do ministro Carlos Tinoco. A pauta oficial do encontro foi a elaboração da lista de 11 nomes que concorrem, dia 25, a três vagas no quadro do generalato.

Durante o encontro de quase oito horas, o general Antenor Santa Cruz Abreu, comandante Militar da Amazônia, fez suas despedidas do Alto Comando. Ele deixa o serviço ativo por completar, dia 31 próximo, 12 anos no quadro do generalato. Santa Cruz reafirmou suas preocupações sobre as ameaças de descaracterização da soberania amazônica. Desde que assumiu o CMA, em 1989, vem reagindo sistematicamente aos interesses de estrangeiros em relação à maior floresta equatorial do mundo.

Com a saída do general Santa Cruz do Exército, o Alto Coman-

do passa a contar com apenas cinco generais promovidos na gestão do ex-presidente José Sarney: Iris Lustosa de Oliveira, chefe do Departamento Geral de Serviços-órgão responsável pelos procedimentos das licitações no Exército; Carlos Anibal Pacheco, chefe do Departamento de Engenharia e Comunicação; Luis Lepequeur, da Ciência e Tecnologia; Alberto dos Santos Lima Fajardo, comandante das Operações Terrestres e o ministro Carlos Tinoco, que ocupa o cargo de ministro do Exército.

São generais do presidente Collor Joaquim Soares Moreira, chefe do Estado-Maior do Exército; Armando de Paiva Chaves, do Material Bélico; Luís Guilherme Freitas Coutinho, das Finanças; Clovis Burman, do Departamento de Ensino e Pesquisa; Geise Ferrari, do Departamento Geral do Pessoal; Carlos Arcoverde, do Comando Militar do Sudeste; Rubens Bayma Denys, do Comando Militar do Sul e Armando Âncora Filho, do Comando Militar do Nordeste.

Demarcação custa caro

Para demarcar os 9,4 milhões de hectares da área indígena ianomami, a Fundação Nacional do Índio (Funai) está dependendo da aprovação pelo Congresso Nacional de um crédito suplementar de Cr\$ 2,2 bilhões. O dinheiro será usado na demarcação e regularização das terras, na assistência às comunidades indígenas e na continuidade da "Operação Selva Livre", destinada a retirar os garimpeiros da região.

Segundo o presidente da Funai, Sidney Possuelo, ainda esta semana sairá o edital da licitação que escolherá a empresa topográfica responsável pela demarcação. Ao todo, um mil e 700 quilômetros de picadas serão abertas para a colocação dos marcos divisórios da parte ianomami fora da fronteira com a Venezuela. Se tudo correr bem, diz Possuelo, em fevereiro co-

RENATO COSTA



O Alto Comando discutiu também as promoções de generais

meçará a demarcação. Antes disso, porém, espera a boa vontade do Legislativo, que entra em recesso parlamentar em 15 de dezembro, para a aprovação dos recursos necessários.

"Precisamos tirar a demarcação do papel", valia Possuelo diante de dificuldades não só fi-

nanceiras, mas também de ordem prática. O órgão precisa de cerca de cem funcionários para garantir a vigilância permanente na área. A maior parte de seu pessoal composto de quatro mil e 600 funcionários está nas cidades e não no campo. Possuelo não descarta a ajuda do Exército na segurança dos ianomami.